

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO SOLIDÁRIO PARA O FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS DIANTE DE CONTEXTOS DE CRISES

LA IMPORTANCIA DEL TRABAJO SOLIDARIO PARA EL FORTALECIMIENTO DE LAS FAMILIAS ANTE CONTEXTOS DE CRISIS

THE IMPORTANCE OF SOLIDARY WORK FOR THE STRENGTHENING OF FAMILIES BEFORE CRISIS CONTEXTS

Juliana Mendes Barbosa de Araujo*
Jmbaraujo23@gmail.com

Glenda Santos Vieira*
Glendas.vieira@gmail.com

Laise da Cruz Macena*
Laisecruz.fsa@gmail.com

Ana Barreiros de Carvalho*
abc@uefs.br

*Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, Brasil.

Resumo

Diante de um contexto de crise decorrente da pandemia Covid - 19, é importante discutir e entender como o nosso comportamento, percepção, pensamento e vida em conjunto serão afetados por essa crise e, de que forma o trabalho solidário é relevante nesse cenário. Desta forma, o objetivo do presente artigo é identificar a importância do trabalho solidário para o fortalecimento das famílias diante de contextos de crises. Tem como tema Economia Solidária e o Fortalecimento das Famílias. Trata-se de um levantamento exploratório bibliográfico, através de uma metodologia qualitativa. Espera-se promover uma reflexão e uma análise sobre as políticas públicas em períodos atípicos.

Palavras-chave: Trabalho solidário. Família. Crise econômica. Precarização.

Resumen

Ante un contexto de crisis derivado de la pandemia Covid-19, es importante discutir y comprender cómo nuestro comportamiento, percepción, pensamiento y convivencia se verán afectados por esta crisis y cómo el trabajo solidario es relevante en este escenario. Así, el objetivo de este artículo es identificar la importancia del trabajo solidario para el fortalecimiento de las familias ante contextos de crisis. Tiene como tema Economía Solidaria y Fortalecimiento de las Familias. Se trata de una encuesta bibliográfica exploratoria, que utiliza una metodología cualitativa. Se espera promover la reflexión y el análisis de las políticas públicas en períodos atípicos.

Palabras clave: Trabajo solidario. Familia. Crisis económica. Precariedad.

Abstract

In the face of a crisis context arising from the Covid - 19 pandemic, it is important to discuss and understand how our behavior, perception, thinking and life together will be affected by this crisis and how solidarity work is relevant in this scenario. Thus, the objective of this article is to identify the importance of solidarity work for the strengthening of families in the face of crisis contexts. It has as its

theme Solidary Economy and the Strengthening of Families. This is an exploratory bibliographic survey, using a qualitative methodology. It is hoped to promote reflection and analysis on public policies in atypical periods.

Keywords: Solidarity work. Family. Economic crisis. Precariousness.

1. INTRODUÇÃO

As transformações que estão acontecendo no mundo levantam debates sobre a forma como os governos lidam com situações de crises econômicas em prol da sua população. Evidências deixam claro como os impactos das crises vão muito além do setor econômico, perpassando pela saúde e atingindo as famílias como um todo.

Num país em que o mercado de trabalho é de grande oferta de trabalhadores, uma série de questões são levantadas sobre o que os Estados devem fazer para incluir essa grande parcela da sociedade de forma a torná-la economicamente ativa. É nesse cenário que muitos acadêmicos e grupos sociais passaram a propalar a necessidade de apoiar outras formas de trabalho além do emprego assalariado (NAGEM, SILVA, 2013). Aqui, as diversas formas de organizações baseadas no trabalho coletivo e na autogestão foram amplamente adotadas pelos movimentos sociais, principalmente dentro das universidades.

Em relação à proteção social, identifica-se a importância do trabalho solidário, principalmente da economia solidária. Ele mitiga os efeitos das crises sobre a situação das famílias, em que as consequências mais amplas são: a perda do emprego e o empobrecimento dela decorrente, o que provoca perdas financeiras e o endividamento das famílias, levando ao aumento do número de divórcios e da violência. (VIEIRA, 2016).

A manutenção e o reforço de programas de economia solidária durante períodos de crise econômica são importantes medidas para reduzir desfechos negativos sobre as famílias e a saúde das populações. Além de promover o bem estar social, também gera renda e trabalho para o país.

Desta forma, este artigo apresenta uma abordagem teórica sobre economia solidária e o fortalecimento das famílias e como questão norteadora: Qual a importância da economia popular solidária para o fortalecimento das famílias diante de contextos de crise econômica? Para o presente artigo, tomou-se como base pesquisas em livros, legislações, sites governamentais e artigos acadêmicos oriundos do Google Acadêmico, do Scielo, periódicos da Capes, e Research Gate. O instrumento utilizado para análise de dados foi a análise do conteúdo através da categorização dos temas encontrados. Assim, foi possível construir um fundamento que permitiu responder à questão problema deste artigo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA: SIMILARIDADES E DISTINÇÕES CONCEITUAIS

Ao tratar do termo Economia, há uma forte tendência em se pensar logo de início em dinheiro, comércio, consumo e substantivos similares. Mas para Lima (2016, p. 6) o termo em seu significado original no grego é,

formado pelas palavras oikos (casa) e nomos (costume ou lei), faz referência à administração de uma casa e conseqüentemente leva a reflexão sobre seu significado essencial como o conjunto de atividades ou formas sociais de solução da relação entre as necessidades das pessoas e os recursos disponíveis para atendê-las.

Ainda para o autor, as nomenclaturas como terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular possuem significados populares e são facilmente associados uns aos outros de forma genérica, pois em geral fazem referência a um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do Mercado. Dessa forma, todos estes termos fazem alusão a um espaço da sociedade onde há produção e distribuição de riqueza e geração de emprego e renda.

Mas para além do aspecto genérico e das similaridades entre si, cada um desses termos também possuem distinções. As terminologias são facilmente confundidas ao associar apenas ao termo terceiro setor às organizações que se caracterizam por não estarem relacionadas nem ao setor privado nem ao setor público, o que torna o termo tão amplo ao ponto de integrar características de outros termos similares. E para não haver equívocos, é preciso levar em conta seus diferentes significados decorrentes do contexto ou lugar sócio-histórico onde foram formulados cada um desses conceitos.

O que os torna diferentes, encontra-se nos diferentes contextos sociopolíticos em que emergiram; nas interpretações acerca do papel que desempenham essas práticas e iniciativas na sociedade; na posição que ocupam em relação ao Estado e ao Mercado. Ou seja, cada termo possui um discurso próprio.

2.1.1. Terceiro Setor

Para Tenório (1999, p. 88) o terceiro setor é composto da união de inúmeros agrupamentos voluntários, destinados a conter a miséria social e a barrar a destruição ecológica.

A maioria desses grupos dá grande valor à administração autônoma.

A importância deste setor tem despertado também a ira daqueles que veem este tipo de agente social como uma provocação ao desequilíbrio do sistema, na medida em que agentes do terceiro

setor têm apontado as mazelas da sociedade contemporânea por meio de uma "dimensão" que os diferencia dos demais. (TENÓRIO, 1999, p. 89).

Segundo Filho (2002), o termo terceiro setor, por exemplo, é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia e identificada ao universo das organizações sem fins lucrativos. Essas organizações são caracterizadas por serem: formais, privadas, independentes, não distribuírem lucros e comportarem participações voluntárias. Por surgirem como uma resposta ao fracasso do mercado na redução da desigualdade informacional, assim como à falência do Estado na sua capacidade de satisfazer as demandas minoritárias, [...] “o terceiro setor aparece como uma esfera compartimentada, suplementar, vis-à-vis do Estado e do mercado. Ele é, portanto, considerado como um setor a parte”. (FILHO, 2002, p. 11).

2.1.2. Economia Solidária e Economia Social

As noções de economia solidária e economia social são oriundas de um contexto europeu e mais especificamente o francês. Estão relacionadas ao movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, bem como a uma dinâmica de resistência popular, o que produziu inúmeras experiências solidárias como consequência da luta por um ideário de ajuda mútua. Segundo Filho (2002, p. 12),

compreendidas, portanto, como iniciativas oriundas dos setores populares, combinando, ao mesmo tempo, na sua ação organizacional, uma dimensão social e uma dimensão econômica sob um fundo de luta política, essas experiências modificam aos poucos o conteúdo de sua prática, ou seja, mudam de fisionomia ao longo da história. Isso, precisamente em razão de um forte movimento de especialização e de profissionalização gestonária, que se funda sobre lógicas funcionais impostas pelos poderes públicos ou que se tomam emprestadas à esfera mercantil.

Ao longo do século XX foram ocorrendo mudanças na proposta original da economia social, as quais a tornaram mais institucionalizada e conseqüentemente limitando o seu papel a uma espécie de apêndice do aparelho do Estado. E foi a partir dessas mudanças na proposta e execução da economia social que surgiu a nomenclatura da economia solidária, a qual possui a similaridade do histórico e dos objetivos sociais, mas a distinção através da proposta de melhorias e renovação no relacionamento entre economia e sociedade, buscando outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não centradas nas esferas do Estado e do mercado. A economia solidária caracteriza-se pelas suas múltiplas fontes de captação de recursos (estado, mercado e sociedade) e da hibridação de economias.

(...) parece fundamental que os grupos da economia solidária conservem as práticas de reciprocidade, mantendo uma hibridação entre as diferentes formas de regulação. Se a troca mercantil prevalecer muito sobre as outras formas de regulação, a organização pode correr o risco

de deixar de lado seu projeto social, em prol da lógica de mercado. Se a forma redistributiva se torna a regulação principal, a organização pode ficar dependente demais dos organismos financiadores, comprometendo a sua autonomia. Por fim, se a única forma de regulação for a reciprocidade, a organização também pode se fragilizar, correndo o risco de fechar suas portas por falta de recursos. (ANDION, 2005, p. 14)

As organizações solidárias são entendidas ao mesmo tempo como organizações que internalizam uma preocupação com a solidariedade e propõem serviços de proximidade que visam a transformação social em contextos de profundas ressignificações políticas, econômicas e sociais (ANDION, 2005). A forma de regulação econômica mais característica nessas organizações é a reciprocidade, a qual pressupõe movimentos entre grupos ordenados e está associada à prática de ajuda mútua que ocorre por meio dos dons e do voluntariado, mas sempre mantendo um equilíbrio entre suas diferentes formas de regulação.

2.1.3. Economia Popular

Diferente das tradições norte-americanas e europeias, Filho (2002, p. 15) afirma que o conceito de economia popular é próprio de um contexto latino-americano, onde o Estado social possui uma configuração diferente pela diversidade e desigualdade social. A economia popular caracteriza-se particularmente pela grande quantidade de atividades produtivas e comerciais presentes nos setores pobres e marginais, encontrando na comunidade local e nas práticas de reciprocidade, a base necessária para a criação e desenvolvimento de atividades econômicas.

(...) a noção de economia popular é utilizada, na maioria das vezes, para identificar uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser traduzido pela “aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina” (RAZETO, 1991) apud (FILHO, 2002, p. 16).

Alguns dos exemplos de iniciativas da economia popular no contexto sul-americano citados por Filho (2002) são, as ocupações autônomas, as microempresas familiares, as empresas associativas, as organizações econômicas populares (OPE) e o mutirão, que consiste em um sistema de auto organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos, ao associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos.

Através das diferentes possibilidades apresentadas por cada um dos fenômenos citados, percebem-se ao longo da história e em cada um dos contextos sociais, políticos e econômicos o destaque da necessidade do desenvolvimento de iniciativas e atividades voltadas para a regulação e o equilíbrio social, proporcionando uma busca pela justiça, equidade, equilíbrio, diversidade e reciprocidade. A solidariedade aparece como um elemento essencial para a manutenção do equilíbrio social e econômico, conduzindo a

sociedade a pensar novas formas de economia para além da convencional economia mercantil como única fonte de riquezas e desenvolvimento social.

“De maneira mais geral, a economia solidária pode ser definida como o conjunto das atividades que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento dos indivíduos em formas coletivas de organização do trabalho.” (NAGEM, SILVA, 2013, p. 160)

2.1.3.1. Economia Solidária no Brasil

O conceito de Economia Solidária abrange uma realidade muito diversa, feita de motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas, peculiares a cada região e circunstância (GAIGER, 2000). Visto que o contexto ou lugar sócio-histórico influenciam diretamente na construção do conceito e do propósito desse modelo de economia, é importante destacar que no Brasil, o movimento teve sua origem nas últimas décadas do século XX, como uma resposta e alternativa de superação à desocupação rural, à desigualdade social e conseqüentemente ao desemprego. A partir desta dura realidade, o povo se organiza coletivamente para garantir uma vida mais digna e humanizada.

As experiências que constituem a Economia Solidária se materializaram através de cooperativas ou associações de trabalho. Os participantes desta modalidade têm a possibilidade de construir as suas próprias regras e normas acerca da produção e do modelo de gerenciamento dos processos de trabalho.

Em um país como o Brasil, onde é grande o número de trabalhadores fora do emprego formal, a propagação consistente dos empreendimentos da economia solidária pode somar-se ao processo de produtor e produto da cidadania. No quadro de crise econômica, como o que o Brasil vive atualmente, com o alto número de trabalhadores desempregados, o principal benefício da Economia Solidária é a inserção socioeconômica, que significa não apenas uma forma de introdução ou reintrodução desse trabalhador no meio econômico, mas também de uma forma de vida em cooperação.

Segundo a (BRASIL, 2016), as práticas de Economia Solidária no Brasil são encontradas em diversas iniciativas econômicas solidárias embasadas na cooperação, na autogestão, na solidariedade e na ação econômica, tais como: agricultura familiar e camponesa, hortas urbanas, cooperativas de diferentes tipos de trabalho auto gestor, empreendimentos econômicos solidários, centrais de comercialização, associações, entidades de assessoria, rede de gestores, bancos comunitários, grupos de trocas solidárias, grupos de consumo e fundos rotativos solidários.

O movimento de economia solidária tem intensificado as lutas para que as experiências de união, cooperação, solidariedade, preservação e gestão coletiva sejam fortalecidas e disseminadas em todo o país, de acordo com Brasil (2016), por meio de iniciativas de finanças solidárias (fundos rotativos, cooperativas

solidárias de crédito e bancos comunitários com moeda social); dos centros de formação solidária (espaços formativos regionais); dos marcos legais (iniciativas de leis e decretos municipais, estaduais e federais); da produção, comercialização e consumo solidário; e das boas práticas.

Segundo IPEA (2016) sobre os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil, o mapeamento do Sies (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária) identificou 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação. Porém, a burocracia dificulta o trabalho coletivo e o alcance de uma viabilidade econômica, apesar dos avanços de algumas políticas de incentivo a essas iniciativas, a grande massa desses trabalhadores enfrenta enormes desafios para a construção da economia solidária.

Atuando em setores diversos, tais como saúde, educação, transporte, lazer, desenvolvimento urbano, proteção do meio-ambiente, serviços domésticos, alimentação, defesa de direitos, as organizações da economia solidária têm como objetivo comum à promoção do interesse em prol do coletivo (ANDION, 2005). E na sua pluralidade de manifestações é apresentada como alternativa ao capitalismo e caracteriza-se como uma alternativa ao trabalho alienado, ao individualismo, exploração e submissão do trabalhador.

Singer (2002) aborda alguns componentes da Economia Solidária no Brasil, são eles: A Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam incubadoras. A ANTEAG (2008) desenvolve e assessora projetos de autogestão a partir da viabilidade do negócio e da perspectiva dos próprios trabalhadores. Um dos objetivos sociais das atividades de implantação e desenvolvimento dos projetos auto gestionários é recuperar e manter o trabalho e a renda; buscando o compromisso das pessoas com atividades produtivas e envolvendo a vontade e a inteligência coletiva.

O sistema Cooperativista dos Assentados, conta com 86 cooperativas distribuídas em vários estados brasileiros e divididas em três formas principais em primeiro nível. E, de acordo Singer (2002), elas são: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de prestação de serviços e Cooperativas de crédito. As cooperativas que se denominam Incubadoras Tecnológicas de cooperativas Populares (ITCPS) são multidisciplinares, compostas por professores e alunos de graduação, de pós graduação e funcionários, oriundos de diversas áreas do saber. Assim, contribuem proporcionando formação em cooperativismo e economia solidária além de apoio técnico, logístico, e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos auto gestionários.

No Brasil, a maior expressão do movimento de Economia Solidária é o chamado Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), este é um instrumento de articulação e diálogo entre diversos atores e

movimentos sociais pela construção da Economia Solidária, como base fundamental para outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. O FBES está organizado em todo o país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3 mil empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. O FBES é fruto do processo histórico impulsionado no I Fórum Social Mundial (IFSM), o qual propiciou a criação do Grupo de Trabalho brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), que tem como premissa a busca pela diversidade, favorecendo a construção da identidade do campo da denominada “Economia Solidária”, graças à prática de respeitar as contribuições diversas de cada região e especificidades de suas organizações.

No final de 2002 durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária (em que se discutiu auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda), ocorreu a aprovação de uma carta elaborada pelo GT Brasileiro, a qual apresentava as diretrizes da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Em janeiro de 2003, aconteceu a II Plenária Nacional, a qual ocorreu na mesma ocasião do Fórum Social Mundial, e representou um ponto de referência para mobilizações, encontros e construção de estratégias do campo da Economia Solidária.

Em junho de 2003 foi realizada a III Plenária Brasileira de Economia Solidária e criada de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o qual passou a ter o compromisso de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país, em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas, então aprovada. Foi iniciado também o processo de interlocução do FBES com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, em uma perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais.

A IV Plenária do FBES, ocorreu em março de 2008 e a representação nacional era composta por 16 entidades nacionais, de diferentes naturezas. A V Plenária Nacional ocorreu no ano de 2012, e teve a participação de cerca de 600 trabalhadores, entre representantes estaduais, escolhidos nas etapas locais e estaduais, e de convidados definidos pela Comissão Organizadora Nacional. Foi realizado um debate com visão estratégica de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular.

o que se observa é que a existência dessas iniciativas permanece em todo o país mesmo após o período de reestruturação do mercado de trabalho no Brasil observado a partir de 2004, com expansão do emprego assalariado com carteira de trabalho, o que demonstra que o trabalho

associativo ainda é uma opção de organização de trabalhadores em diferentes setores da economia, sobretudo naqueles de menor exigência de capital. (SILVA, CARNEIRO, 2016, p. 38) .

A Economia Solidária é, assim, uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para superação do modelo capitalista. Há uma luta diária nos empreendimentos brasileiros de economia solidária para garantir uma identidade da classe trabalhadora, baseada no espírito coletivo de compartilhamento e nos laços de solidariedade, desconstruindo a relação de patrão e empregado, culturalmente estabelecida na subjetividade do povo.

2.2 Família: Formação do Capital Social e Enfrentamento de Crises

2.2.1. Família

O conceito de família é sem dúvida um dos mais antigos da história, haja vista que todo ser humano, nasce em razão da família. Dentre as diversas disciplinas que estudam o tema, a Psicologia entende a família como um conjunto de relações caracterizadas por influência recíproca, direta, intensa e duradoura entre seus membros (ANTONI, 2005).

A família representa o espaço de socialização, e exercício da cidadania. A família, é caracterizada como parte essencial do processo de saúde emocional de seus membros. Os laços familiares permitem, a construção da ideia de pertencimento e de companheirismo entre seus membros, o que possibilita a formação da abordagem de proteção e bem-estar.

Com as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas ao longo dos tempos, a sociedade vem reorganizando regras básicas para amparar a nova ordem familiar, em referência às atuais relações familiares que vão além da consanguinidade. Esse conjunto de relações é interiorizado por seus membros, formando padrões de relacionamento que se integram à subjetividade do indivíduo (ROUDINESCO, 2003). Os diferentes arranjos familiares surgiram do modo como se dispõem e se relacionam os membros do grupo, tanto entre si quanto com a sociedade (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

A família, portanto, é uma entidade flexível e permeável à sociedade. Para Carvalho (2013) a sociedade contemporânea vem passando por um processo de mudanças de cunho social e tecnológico que afetam a família tanto nas suas relações internas, quanto na sua interação com o meio externo. A interação da família com a sociedade, permite ainda considerar, a influência que fatores como o fenômeno da urbanização, da industrialização, da inserção da mulher no mercado de trabalho e do compartilhamento da educação e do cuidado dos filhos com instituições de educação trouxeram para o contexto familiar.

Vale salientar que a família e a paternidade vêm atuando num contexto orientado por uma lógica pós-moderna que é dirigida por uma filosofia niilista, assim, a fragmentação, a indeterminação e a intensa

desconfiança de todos os discursos universais totalizantes são o marco do pensamento pós-moderno. Observa-se um contexto de liberdade, em que, a pretensão do homem como ser livre para organizar a própria vida, sem referência alguma a valores morais, confunde a liberdade com a licenciosidade. Dessa forma, deixa escapar o sentido essencial da vida e da natureza humana que se encontra nas relações de afeto, confiança e proteção, que verificamos como característica básica do grupo de socialização primária chamado família (CARVALHO, 2019).

Pensando-se em família como formadora de Capital Social, Cunha (2013) afirma que ela adquire o status de um Capital Social de grande notoriedade para a sociedade, uma vez que as relações familiares produzem “bens relacionais”, como a confiança, a reciprocidade, o amor e a proteção, ou seja, produz elementos fundamentais para a pessoa e seu convívio em sociedade. Além disso, a família ainda possibilita que a pessoa construa sua orientação pró-social.

Dessa forma, é no desenvolvimento das relações familiares de reciprocidade e de cooperação entre os membros de diferentes gêneros e gerações que é estabelecido o ambiente micro social indispensável para a criação e aprendizado de ativos afetivos, cognitivos, normativos e valorativos que são os alicerces dos vínculos sociais. (PRANDINI, 1998) apud (CUNHA, 2013, 52-53).

De acordo com as classes e intensidades das relações de solidariedade, Robison, Siles e Schmid (2003) destaca que dentre os tipos de Capital Social, a família é formadora de Capital Social de União, pois

O capital social da união (pense em um compromisso intenso que pode ser formalizado por vínculo ou pacto) existe nas relações socialmente estreitas. Geralmente é baseado em pontos de correspondência herdados ou criados como resultado de compromissos ao longo da vida e contatos pessoais frequentes. O capital social da união pode ser caracterizado por intensos sentimentos de ligação, que podem incluir sentimentos de preocupação, afeto e interesse pelo outro, como os que existem entre membros de uma família, em casais comprometidos, entre pessoas que já foram parceiras de negócios por muito tempo ou membros de uma minoria oprimida (ROBISON, SILES E SCHMID, 2003, p. 62).

O capital social gerado no interior das famílias através das suas relações de confiança, amor, proteção e doação, tem o potencial de beneficiar tanto seus membros de modo direto, quanto a proporcionar recursos para a dimensão social, de modo que as pessoas “externas” possam assim se apropriar deste. A família assim, possui a capacidade de transformar em recursos para a sociedade o seu Capital Social familiar (CUNHA, 2013).

2.2.2. Capital Social

A partir do entendimento da família como formadora de Capital Social, faz-se importante a compreensão do significado do termo Capital Social, ainda que este seja um conceito ainda inacabado, causando debates e diferenças teóricas. Mas apesar das diferenças, existem consensos sobre o tema e “um desses consensos é a definição de que o Capital Social se refere a certo recurso intangível que possibilita a obtenção, por parte das pessoas, de determinados benefícios” (CUNHA, 2013, p. 42).

O capital social na visão de Putnam (2007) apud (ANDRADE, LIMA, ANTONIALLE FILHO, 2012, p. 428), é construído a partir de organizações sociais, tais organizações visam facilitar a coordenação e a cooperação com perspectivas a benefícios mútuos, ou ainda considera o capital social como um conjunto de laços e normas que aliam a confiança e reciprocidade presentes numa comunidade ou organização que ajuda na produção de capital físico além do capital humano.

Balestro (2004, p. 7) afirma que “a vertente culturalista do capital social apresenta os valores culturais como determinantes do comportamento econômico dos agentes. Há duas implicações para esta vertente.” Para a autora, essas duas implicações se dividem no capital social se tornar sinônimo de valores culturais e confiança e se impregnar de uma normatividade avessa ao exame dos fenômenos sociais. Isso significa que o que é virtude em uma sociedade pode ser defeito em outra.

Assim, não é possível haver capital social quando os valores são errados. Mas quem define o que é certo e errado? “É importante salientar que o fato do capital social se apresentar como um conceito em construção, ainda caracterizado por certas ambiguidades, não o torna um conceito de pouco poder explicativo.” (BALESTRO, 2004, p. 7).

A definição de Bourdieu (1980) de que o capital social se define como um “agregado dos recursos potenciais e reais vinculados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de familiaridade e reconhecimento mútuo” parece ser a mais basilar. Nesta perspectiva, há dois elementos que compõem o capital social, a relação social que permite o acesso aos recursos e a quantidade e qualidade destes recursos. Diferentemente de Putnam (1993), Bourdieu não atribui a formação do capital social a uma dependência de trajetória de uma dada comunidade ou região. Os valores culturais e as estruturas sociais herdadas não são determinantes para o capital social, uma vez que ele é resultado de uma ação deliberada dos indivíduos, de um investimento social. O papel preponderante do engajamento cívico e das tradições culturais comuns destacados por Putnam (1993) não é decisivo em algumas regiões destacadas em sua capacidade inovadora. (BALESTRO, 2004, p. 8).

A definição de capital social segundo Bourdieu (1980), sugere a ideia do capital social como um agregado de recursos reais ou potenciais que se relacionam à participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e de reconhecimento. E quanto aos elementos que compõem o capital social, é possível considerar a existência de dois elementos: um voltado para a

relação social que permite o acesso aos recursos e a quantidade e o outro relacionado a qualidade destes recursos.

O conceito de capital social gira em torno do resultado de diferenças residuais conectadas, difundidas, dos recursos que podem ser agrupados e gerenciados pelas redes de relações de várias densidades e tamanhos e que, frequentemente, é utilizado para corrigir as implicações do modelo dominante, através da ação das redes sociais (BOURDIEU, 2005).

2.2.3. Capital Social e Economia Solidária

A partir dos conhecimentos sobre capital social e economia solidária, torna-se possível observar uma forte conexão entre ambos os conceitos através de uma relação de reciprocidade, como:

A economia solidária, portanto, como manifestação da existência de capital social, tem o poder de gerar um espiral que se autoalimenta, ou seja, ao mesmo tempo em que os empreendimentos de economia solidária utilizam-se de capital social para sua formação e existência, podem gerar mais capital social devido à formação de novas conexões sociais (UIEDA E CAMPOS, 2006, p. 3).

O capital social, como consequência de normas de reciprocidade e confiança em redes sociais, é responsável por gerar democratização, desenvolvimento social e econômico, bem como a economia solidária ao incentivar a interação e solidariedade entre indivíduos pode levar a formação de capital social através da criação de redes de engajamento social. Portanto, capital social apresenta-se como um ponto de conexão entre as esferas econômicas e sociais, e entre as famílias e as iniciativas de economia social, pois ambas as instituições promovem o desenvolvimento sustentável através da geração do capital social.

Independente do modelo de economia solidária e das suas características singulares, o que há de comum entre todas é o potencial de estabelecer laços entre os participantes da rede, tendo como “produto” o capital social e este, tendo o potencial de gerar outras diferentes possibilidades de ações positivas.

Atuando como vetores para a realização de projetos sociais, estas iniciativas são caracterizadas como espaços enraizados na esfera pública, pois elas exprimem a capacidade dos cidadãos de agir para transformar a realidade em que vivem. Os membros de tais organizações, em geral, não são ligados por laços de sangue ou parentesco e provém de diferentes camadas sociais. Na sua interação cotidiana, estes atores negociam permanentemente para promover uma ação coletiva que vise ao interesse geral. Desta forma, operam a transição entre a esfera privada e a esfera pública, constituindo-se em comunidades políticas locais. (ANDION, 2005, p. 7)

Segundo Andion (2005), empresas de economia solidária têm em geral papel social, que provém de um projeto definido. A criação de uma organização deste tipo está sempre ligada a alguma problemática precisa, consequência de demanda social. “Desta forma, a riqueza coletiva, gerada por este tipo de

organização, não se mede somente pelos produtos e serviços que ela gera, e sim pela sua contribuição à sociedade ou a coletivo mais restrito.” (ANDION, 2005, p. 6).

2.2.4. Enfrentamento de Crises

O capitalismo e as inovações tecnológicas da indústria moderna, também chamada de indústria 4.0, deixam claros a precarização, a informalidade, o subemprego e o desemprego. Com um sistema que apresenta tantas falhas, em períodos de crises econômicas existem mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, menos pessoas trabalhando com os direitos preservados. Para Antunes (2018, p. 44),

(...) para tentar “amenizar” esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o “empreendedorismo”, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será.

As denominadas modalidades atípicas de trabalho, como “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc., se configuram gradualmente como formas de ocultamento do trabalho assalariado, permitindo aumentar ainda mais as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa. (ANTUNES, 2018, p. 198)

Na contraface desse ideário apologético e mistificador, de que as crises permitem novas formas de trabalho, (ANTUNES, 2018) afirma que afloraram as consequências reais no mundo do trabalho: terceirização nos mais diversos setores; informalidade crescente; flexibilidade ampla (que arrebenta as jornadas de trabalho, as férias, os salários); precarização, subemprego, desemprego estrutural, assédios, acidentes, mortes e suicídios.

Exemplos se sucedem em todos os espaços, como nos serviços commoditizados ou mercadorizados. Um novo precariado desponta nos trabalhos de call-center, telemarketing, hipermercados, hotéis, restaurantes, fast-food etc., onde vicejam alta rotatividade, menor qualificação e pior remuneração.” (ANTUNES, 2018, p. 296)

O autor traz ainda que de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho on-line e dos “aplicativos”, que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes.

Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão.” (ANTUNES, 2018, p. 39).

Rosenthal, Boin e Comfort (2001, p. 5) indicam que uma crise é uma “situação em que há uma ameaça percebida aos valores centrais ou às funções de sustentação da vida de um sistema social que requer ação corretiva urgente em circunstâncias incertas”.

O enfrentamento de crises econômicas e sociais afeta principalmente as pessoas que trabalham fora de casa: Quando não podem estar fisicamente no trabalho, elas têm duas possibilidades nessa nova realidade, o desemprego ou o trabalho feito em casa, à distância. De modo que, “os aparatos digitais produzem uma nova coação, uma nova exploração. Eles nos exploram ainda mais eficientemente na medida em que eles, por causa da sua mobilidade, transformam todo lugar em um local de trabalho” (HAN, 2018, p. 65). E assim, as crises econômicas e sociais geram outras crises dentro do bem estar familiar do indivíduo, que não podem mais escapar do trabalho.

Vieira (2016) afirma que as crises econômicas da atualidade têm pelo menos quatro consequências na vida da população, são elas: as crises econômicas agravam os problemas sociais e aumentam as desigualdades sociais; as crises econômicas pioram a situação de saúde da população; as medidas de austeridade fiscal que estabelecem a redução do gasto com programas de proteção social agravam os efeitos da crise sobre a situação de saúde, em particular, e as condições sociais, de forma mais geral; e a preservação dos programas de proteção social é medida importante para proteção da saúde da população e para a retomada do crescimento econômico em prazo mais curto.

Parece que o principal gatilho para o agravamento das condições sociais e da situação de saúde durante as crises econômicas é a perda do emprego e o aumento da taxa de desemprego. De um lado, a perda do emprego leva à redução da renda das famílias, às perdas financeiras e ao aumento do endividamento, resultando em empobrecimento, aumento dos divórcios, da violência e, conseqüentemente, das desigualdades sociais. Por outro lado, o aumento da taxa de desemprego parece atuar mais como fator estressante, causando insegurança quanto à manutenção do emprego. Essas conseqüências sociais impactam o estado de saúde dos indivíduos, provocando danos, especialmente à saúde mental. (VIEIRA, 2016, p. 20)

Ainda para a autora, o enfrentamento de crises econômicas influencia também o Sistema Único de Saúde (SUS) com o aumento de demanda, isso porque com a capacidade financeira limitada, as famílias passam a não ter condições de comprar medicamentos e custear serviços de saúde ou manter o pagamento de planos privados de saúde, da mesma forma que as famílias que perdem a cobertura assistencial privada, após a perda do emprego. (VIEIRA, 2016).

Uma das formas de amenizar os efeitos das crises econômicas nas camadas mais pobres é evitar o corte de gasto em programas sociais, pois assim, há uma proteção da população da experiência de piora em seu estado de saúde. Da mesma forma, recuperação do crescimento econômico à curto prazo irá

depende da oferta de programas sociais que apoiem as pessoas desempregadas a serem inseridas novamente no mercado de trabalho de forma ativa, bem como programas de apoio às famílias, à paternidade e maternidade, políticas de controle de preços, do alívio das dívidas das famílias e do fortalecimento do capital social. Essas são medidas apontadas como relevantes para a mitigação dos efeitos negativos das crises econômicas (WAHLBECK E MCDAID, 2012).

2.2.5. Crise Sanitária da Covid-19

No final de dezembro de 2019, médicos na cidade de Wuhan, na China, começaram a expressar preocupação com pacientes sofrendo de um tipo incomum de pneumonia. No dia 20 de janeiro foram identificados os primeiros casos de transmissão humana do novo coronavírus na cidade. No dia 11 de março a OMS declarou a pandemia da covid - 19. (SÁ, 2020)

“A recente pandemia causada pelo novo coronavírus desencadeou um cenário de elevada incerteza para as respostas e medidas necessárias ao seu enfrentamento no campo sanitário e econômico, por parte dos governos ao redor do mundo.” (PIRES, 2020, p. 7). Para combater esse vírus tão mortal, as autoridades internacionais e nacionais recomendam três grandes estratégias: isolamento e do distanciamento social; a ampliação da capacidade de atendimento dos serviços de saúde; e formas de apoio econômico a cidadãos, famílias e empresas.

No Brasil, as três estratégias estão sendo tomadas nos estados, mas deixam claro como as crises, sejam econômicas ou não, sempre vão atingir os segmentos sociais vulnerabilizados com perda de emprego, perda de plano de saúde e a sobrecarga do sistema único de saúde. “Nesse sentido, é de se esperar que grupos sociais historicamente submetidos a processos de vulnerabilização sofram em intensidade desproporcional os efeitos adversos e a desatenção das medidas adotadas para o enfrentamento à crise.” (PIRES, 2020, p. 7b).

As medidas complementares e voltadas para públicos em situação de vulnerabilidade podem ter escopo e natureza bastante variada, como por exemplo, a distribuição de cestas básicas para as famílias de estudantes das redes públicas de ensino, manutenção de restaurantes comunitários (obedecendo aos protocolos sanitários), incremento do Programa de Ação de Distribuição de Cestas (ADC), abertura de abrigos de emergência para a população em situação de rua ter acesso a nutrição e higiene, além da instalação de banheiros, chuveiros e pias em espaços públicos. (PIRES, 2020, p. 10).

A autora não deixa explícito, mas na atual pandemia do coronavírus, medidas sociais voltadas para o público fazem parte dos princípios da economia solidária, já utilizados no Brasil desde outras crises econômicas, em que populações de baixa renda, que enfrenta o desemprego e conta com o apoio e a ajuda da economia solidária.

“A pandemia e a restrição à circulação de pessoas produzem uma diminuição generalizada na quantidade de produtos e serviços ofertados e demandados, levando à diminuição dos níveis de renda e ao aumento do desemprego.” (MORAES, 2020, p. 9) Embora isto ocorra em toda a sociedade, não há dúvidas de que alguns grupos são atingidos mais do que outros.

Desde o início da pandemia, publicações têm chamado a atenção para a importância de se proteger estes grupos, destacando a necessidade de garantir a renda e preservar empregos por meio de: políticas sociais; estímulos fiscais; isenções fiscais para micro, pequenas e médias empresas; e alívio de dívidas de países pobres. Estas recomendações provêm de fontes variadas, incluindo o Fundo Monetário Internacional (Georgieva, 2020), o Banco Mundial (World Bank, 2020), a Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2020), e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD, 2020). (MORAES, 2020, p. 10)

É preciso garantir uma renda mínima para as os trabalhadores informais. Bem como é urgente que os recursos cheguem às pessoas que tiveram sua renda reduzida ou extinta. Segundo Moraes (2020), é essencial que essas políticas não impliquem num impacto maior sobre a renda de pessoas com rendimentos mais baixos, pois além de colocá-las em situação de vulnerabilidade, provocaria sensações de injustiça. Ainda para o autor, percepções de injustiça provocam sentimentos negativos – impulsos à retaliação, protestos, exaustão emocional, e repulsa moral e física, aumentando a probabilidade de conflitos sociais violentos.

Para Schmidt, Mello e Cavalcante (2020, p. 16) “crises epidemiológicas de grandes proporções possuem natureza multidimensional e requerem medidas que abarquem diferentes áreas, como saúde, economia, mercado de trabalho, [...] questões sanitárias, e sociais.”. Como exemplo, os autores citam a mobilização de esforços feitas pelo Brasil para criar arranjos de gestão responsáveis pela implementação de medidas de mitigação de impactos sociais e econômicos decorrentes do apagão elétrico vivenciado em 2001.

Evidente que o cenário enfrentado agora se distingue enormemente das situações mencionadas, no entanto, medidas levadas a cabo em casos anteriores, voltadas para a definição de arranjos de gestão, podem nos servir como aprendizado para entender as possibilidades de atuação governamental neste momento. (Schmidt, Mello e Cavalcante, 2020, p. 17)

Desta forma, é extremamente importante elaborar uma estratégia nacional de contenção e de enfrentamento da epidemia, levando em consideração que o Brasil é um país grande e multicultural, com muitas camadas econômicas que foram atingidas de formas diferentes por essa crise epidemiológica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o estudo e a elaboração desse trabalho, pode-se confirmar que o trabalho solidário para o fortalecimento das famílias se faz mais do que necessário diante de contextos de crises econômicas, tratando-se de uma estratégia muitas vezes negligenciada.

Destaca-se que as evidências levantadas revelam diversos efeitos negativos ocasionados pelas crises econômicas, principalmente na população de baixa renda. Esses efeitos perpassam pelo desemprego e prejuízos a saúde mental. Contingenciamento de gastos durante uma crise econômica afeta a capacidade de resposta dos serviços e isso pode aumentar o impacto negativo da crise sobre a situação de saúde.

A perda da qualidade de vida, o empobrecimento da população e, com o empobrecimento, a incidência dos casos de ansiedade e depressão, são reflexos de cenários de crises. Antunes (2015) afirma que com a perda do emprego e por consequência da fonte de renda, tem-se um aumento na insegurança, o que provoca crises de ansiedade e dificuldade para dormir. As crises econômicas produzem impactos na saúde das populações, os fatores de risco aumentam enquanto os fatores protetores diminuem.

O declínio da atividade econômica associa-se habitualmente a uma sequência de fenômenos, que acabam por se constituírem em fatores de risco de adoecer. As crises econômicas estão associadas a uma diminuição dos fatores protetores e a um aumento dos fatores de risco para a saúde. Os efeitos das crises econômicas manifestam-se de forma diversa. Alguns revelam-se a curto prazo, enquanto outros só se tornam manifestos a longo prazo e podem ser diretos ou indiretos e de natureza reversível ou irreversível (ANTUNES, 2015).

Assim, de acordo com Vieira (2016), as crises econômicas agravam problemas sociais e aumentam as desigualdades, pioram a saúde da população. A redução dos gastos com programas de proteção social agravam os efeitos da crise sobre a situação de saúde e a preservação dos programas de proteção social é medida importante para proteção da saúde da população e para a retomada do crescimento econômico em prazo mais curto.

A família como núcleo imprescindível formador de capital social, em períodos de crise em que o Estado e o Mercado falham em sua capacidade de desenvolvimento social, é a instituição mais afetada, de modo que a relação entre os membros pode passar a se tornar desequilibrada, quando os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, doação, proteção e outros atributos, característicos das relações familiares são responsáveis pela formação do capital social familiar, se tornam escassos. Com a falta desse recurso, os membros do núcleo familiar e a sociedade em que estes estão inseridos irão enfrentar uma maior dificuldade no seu desenvolvimento social e econômico, visto que a construção do capital social negativo gera círculos viciosos, pois pode engendrar manifestações de dismantelamento da vida social, como pobreza e crime.

Para auxiliar na interrupção dos círculos viciosos de dismantelo da vida social e familiar gerados, principalmente, em momentos de crise, a economia solidária apresenta-se como um instrumento de transformação social, através da formação de uma rede centrada em reciprocidade, cooperação, solidariedade, compartilhamento de conhecimentos, habilidades e informações. A rede de virtudes, característica dessa vertente da economia, poderá proporcionar a geração de um capital social positivo, fortalecendo tanto àqueles que participam como agentes na construção dessa rede, quanto à sociedade local como um todo e, particularmente, às famílias afetadas pelos efeitos da crise. Além de proporcionar a renovação do capital social, as iniciativas econômicas baseadas na solidariedade, também têm o potencial de produzir e distribuir riquezas por ser um espaço econômico de geração de emprego e renda.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDION, Carolina. *A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios*. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 9, n. 1, p. 79-101, Mar. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Aug 2020.
- ANTEAG (2008). *Página inicial de ANTEAG*. Disponível em: <https://cirandas.net/anteag>. Acessado em 15 de agosto de 2020.
- ANTONI, Clarissa de. *Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pós-Graduação em Psicologia de Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- ANTUNES, José António. *Crise económica, saúde e doença*. Psic., Saúde & Doenças, Lisboa, vol.16 no.2, p. 267-277, set. 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862015000200011>. Acesso em 19 de agosto de 2020.
- ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital*. São Paulo, Sp: Boitempo, 2018. 328 p.
- BALESTRO, M.V. *Redes de inovação e capital social: apontamentos conceituais*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-act-1176.pdf>. Acessado em 16/08/2020.
- BOURDIEU, Pierre. *Le capital social*. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 31, Ed: Janvier. 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *The social structures of the economy*, Massachusetts, USA, Polity Press, 2005, (Kindle iOS Version).
- BRASIL, *Boas práticas em economia solidária no*. Texto de Claudia Lima – Brasília: CEA; FBES, 2016. – 40 p.; il.
- CARVALHO, Ana Barreiros de. *O papel do pai na sociedade contemporânea: concepções de pais, funcionários de uma Empresa Estatal da Bahia*. Salvador, Ba. Tese de Doutorado pela Universidade Católica do Salvador/Clark University USA, Apoio CAPES, 2013.

- CARVALHO, Ana Barreiros de. *Família, Capital Social e Desenvolvimento Sustentável*. Anais da 22a Semana de Mobilização Científica - SEMOC. Universidade Católica do Salvador, 2019.
- CUNHA, J. O. G. B.. *Capital Social, Família e redução da pobreza: Um percurso na literatura*. 2013. Tese (Doutorado em Programa Pós-Graduação em Família na Soc. Contemporânea) - Universidade Católica do Salvador.
- FBES. *Fórum Brasileiro de Economia Solidária*, Brasília, DF, Disponível em: < <https://fbes.org.br/>> Acesso em: 8 de agosto de 2020.
- FILHO, G. C. F. *Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando fronteiras conceituais*. Bahia Análise e Dados, Salvador, SEI, v.2 n.1, p. 9-19, Jun. 2002.
- GAIGER, Luiz Inácio. *Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul*. In.: SINGER, P., SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 267-286.
- HAN, Byung-Chul. *No Enxame - Perspectivas Do Digital*. - 1º ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.
- IBGE. *Desemprego sobe para 13,3% no 2º trimestre, com redução recorde de ocupados*. Editora: Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28480-desemprego-sobe-para-13-3-no-2-trimestre-com-reducao-recorde-de-ocupados>> Acessado em: 27 de Agosto de 2020.
- LIMA, Claudia. *Boas práticas em economia solidária no Brasil*. In.: Centro de Estudos e Assessoria, Brasília: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2016. – 40 p. Disponível em: <<https://centrodeestudoseassessoria.org.br/biblioteca/publicacoes/>> Acesso em 15 de ago. 2020.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *Prevenindo Conflitos sociais violentos em Tempos de Pandemia: Garantia da Renda, Manutenção da Saúde Mental e Comunicação Efetiva*. Brasília: Ipea, 2020. (Nota técnica, n. 27). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9836/1/NT_27_Diest_Prevenindo%20Conflitos%20Sociais%20Violentos%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf> Acessado em: 22 de agosto de 2020.
- NAGEM, Fernanda Abreu. SILVA, Sandro Pereira. *Institucionalização e Execução das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 26. 2013. Disponível em: < <file:///C:/Users/jmbar/AppData/Local/Temp/S0104-44782013000200010.pdf>> Acessado em: 22 de Agosto de 2020.
- PAPALIA, Diane; FELDMAN, Ruth. *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- PIRES, Roberto Rocha C. *Os efeitos sobre grupos sociais e territórios Vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da covid-19: Propostas para o Aperfeiçoamento da Ação Pública*. Brasília; Ipea, 2020. (Nota técnica, n. 33). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9839/1/NT_33_Diest_Os%20Efeitos%20Sobre%20Grupos%20Sociais%20e%20Territ%c3%brios%20Vulnerabilizados.pdf> Acessado em: 22 de agosto de 2020.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 260p
- ROBISON, Lindon J.; SILES, Marcelo E; SCHMID, A Allan. *El Capital Social y lá reducion de la pobreza: hacia un paradigma maduro*. In: ATRIA, Raúl et al. *Capital Social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Michigan State University: CEPAL, 2003.
- ROSENTHAL, U.; BOIN, R. A.; COMFORT, L. K. *The changing world of crisis and crisis management*. In: _____. (Ed.). *Managing crises: threats, dilemmas and opportunities*, Springfield: Charles C. Thomas,

p. 5-27, 2001. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8-1wCQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA5&dq=the+changing+world+of+crisis+and+crisis+management.&ots=i9aPfhVA9x&sig=VfWc10BwpykzoT3SGzvHQNTE8Sg#v=onepage&q=the%20changing%20world%20of%20crisis%20and%20crisis%20management.&f=false>> Acessado em: 27 de Agosto de 2020.

ROUDINESCO, Elizabeth. *A família em desordem*. Zahar: Rio de Janeiro, 2003.

SÁ, Edvaldo Batista de. *A Saúde Pública e o Enfrentamento da crise causada pelo Coronavírus*. Brasília; Ipea, 2020. (Nota técnica, n. 68). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9989/1/NT_68_Disoc_A%20Saude%20publica%20e%20o%20enfrentamento.pdf> Acessado em: 22 de agosto de 2020.

SCHMIDT, Flávia. MELLO, Janine. CAVALCANTE, Pedro. *Estratégias de Coordenação governamental na Crise da Covid-19*. Brasília; Ipea, 2020. (Nota técnica, n. 32). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10089/1/BAPI_N22_COVID%2019_Artigo%201.pdf> Acessado em: 22 de agosto de 2020.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. *Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: notas metodológicas e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*, Brasília: Ipea, 2016. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7410>>. Acessado em: 21 de ago. de 2020.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. - 1º ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TENÓRIO, Fernando G. *Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado*. Rio de Janeiro: RAP. 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7626/6153>> Acessado em: 22 de agosto de 2020.

UIEDA, G. ; CAMPOS, M. A. F. . *Economia solidária: reciprocidade e capital social*. In: III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2006, Santa Cruz do Sul. III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2006.

VIEIRA. Fabiola Supino. *Crise Econômica, Austeridade Fiscal e Saúde: Que lições podem ser aprendidas?* Brasília: Ipea, 2016. (Nota técnica, n. 26). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7266/1/NT_n26_Disoc.pdf>. Acessado em: 18 de agosto de 2020.

WAHLBECK K, MACDAID D. *Actions to alleviate the mental health impact of the economic crisis*. World Psychiatry, v. 11, n. 3, p. 139-145, 2012. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3449359/>> Acessado em: 27 de Agosto de 2020.

Recebido em: 19/04/2021

Aceito em: 20/05/2021

Endereço para correspondência:

Nome Juliana Mendes Barbosa de Araujo

Email jmbaraujo23@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)